



Desporto e género: análise das imagens de manuais escolares dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Paula Botelho Gomes e Paula Silva – Universidade do Porto, Faculdade de Desporto

Sílvia Caetano – Docente do Ensino Secundário

Telma Queirós – Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação

Introdução

Os manuais escolares, e outros produtos pedagógicos, são recursos da actividade educativa, mediadores do processo de ensino e aprendizagem, da socialização e da formação de identidades. Segundo Brito (1999), os manuais configuram as práticas pedagógicas, disponibilizam elementos de leitura e descodificação do real, transmitem valores e normas sociais e esclarecem objectivos de aprendizagem. São ainda uma referência, dado que quem os utiliza procura uma informação exacta, importante para a construção de conhecimentos; ao estabelecer princípios e meios tidos como “verdades”, espera-se que, de facto, essas informações sejam seguidas por quem as utiliza (Castro, 1995): corpo docente, alunos/as, encarregados de educação.

Do exposto anteriormente, facilmente se depreende que a ideia de qualidade de um manual não se reduz apenas à apreciação, restrita, sobre o modo como é apresentada a transposição didáctica dos conteúdos, mas que, nomeadamente, os manuais contribuem para a formação cívica e democrática de alunos/as (DEB, circ. N.º 7/2000). Sabendo-se que as questões e relações de género (representação simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade e relações de poder entre estas duas categorias) são transversais a todos os domínios da sociedade, espera-se que os materiais pedagógicos não enfatizem estereótipos e preconceitos. Bem pelo contrário, quem os manuseia, nomeadamente alunos e alunas, deve sentir-se incluído/a, representado/a, actor e actriz nas tarefas pedagógicas. Dado que em Portugal o sistema educativo se baseia no sistema cultural de escola mista, onde raparigas e rapazes partilham espaços e programas, não existe uma separação curricular por sexos. Isto quer dizer que as disciplinas e programas são aqueles que se entendem como importantes para a educação e formação de rapazes e raparigas numa determinada época.

A temática da igualdade de oportunidades, que lamentavelmente muitas vezes se queda apenas por uma igualdade de acesso, não sendo uma preocupação nova, continua a constituir-se como uma preocupação de hoje, o que significa que muito pouco se tem alterado.

Não querendo, mais uma vez, citar articulados fundamentais da Constituição Portuguesa ou da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou mesmo no tocante a resoluções ou recomendações da União Europeia, onde genericamente se afirma o objectivo de assegurar a igualdade para ambos os sexos, parece-nos oportuno assinalar algumas directivas referentes aos Manuais Escolares, justificando-se a pertinência da temática e a sua premência. Assim em¹:

- 1980 – Portugal ratifica² a *Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* (ONU – 1979). No Artigo 10.º apela-se à eliminação dos

¹ Apud Rocha, 2005.

² Lei n.º 23/80, de 26 de Julho.

estereótipos sexuais **revendo os livros e programas escolares e adaptando os métodos pedagógicos;**

- 1984 – foi assinado um Protocolo de Acordo³ entre a Comissão da Comissão Feminina e o Ministério da Educação, onde se assinala a necessidade de **desenvolver-se estratégias destinadas a erradicar o sexismo nos materiais pedagógicos**⁴;
- 1985 – foi criado o Grupo de Trabalho para a Igualdade de Oportunidades na Educação, em que está representada a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) com o objectivo de acompanhar o cumprimento da aplicação da Resolução n.º 85/C 166/01, de 3 de Junho, do Conselho de Ministros da Educação. Resolução esta que contém um Programa de Acção sobre a Igualdade de Oportunidades das Raparigas e dos Rapazes em Matéria de Educação. No seu n.º 8 recomenda-se a adopção de medidas para a **eliminação dos estereótipos que subsistem nos manuais escolares, no conjunto dos materiais pedagógicos, nos instrumentos de avaliação e nos materiais utilizados na orientação;**
- 1986 – o Segundo Programa de Acção para a Igualdade de Oportunidades – 1986/1990, da Comissão Europeia, exigiu a criação do Grupo de Trabalho “Igualdade de Oportunidades entre Raparigas e Rapazes em Educação” da Comissão Europeia, na qual Portugal se encontra representado pelo Ministério da Educação e pela CIDM. Um dos seus objectivos é de **incluir a problemática da igualdade na formação dos professores e suprimir os estereótipos do material utilizado pelos docentes;**
- 1988 – foi criada uma Comissão para a promoção dos Direitos Humanos e Igualdade em Educação. Esta Comissão publica a obra *Educação e Direitos Humanos*. Foi assinado um Protocolo de Acordo⁵ entre a Comissão da Comissão Feminina e o Ministério da Educação onde, mais uma vez, se acentua a necessidade de **desenvolver-se estratégias destinadas a erradicar o sexismo nos materiais pedagógicos;**
- 1994 – a igualdade de oportunidades em educação é consagrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/94; o seu ponto 2, inscreve, claramente, a seguinte medida: **cuidados nos manuais escolares**. A CIDM edita o caderno “Representações Femininas nos Manuais Escolares”, onde se comprova a existência de distorções sexistas;
- 1998 – a CIDM coordena o Projecto *Coeducação: do Princípio ao desenvolvimento de uma Prática (1998-2000)*, no âmbito do IV Programa de Acção Comunitária a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres 1996-2000;
- 1999 – versão em português do Relatório Final de Actividades do Grupo de Especialistas sobre Igualdade e Democracia do Conselho da Europa e da Comissão Europeia (1998): *A Abordagem Integrada da Igualdade de Género. Mainstreaming. Enquadramento*. O relatório refere, “preto no branco”, ... **que os sistemas educativos e todos os seus elementos (docentes, estabelecimentos de ensino, manuais escolares, programas, institutos de investigação, etc.) ... se preocupem em corrigir os desequilíbrios existentes entre as hierarquias de género;**
- 2004 – é aprovado no Parlamento Europeu um Projecto de 1993, que, quanto aos Manuais Escolares, assinala a necessidade de **eliminar os conteúdos de ideias dominantes instaladas sobre a ideia de inferioridade ou superioridade de um sexo sobre o outro ou sobre o papel estereotipado de homens e mulheres.**

³ N.º 101, de 25/05/84.

⁴ Lei n.º 3/84: Educação Sexual e Planeamento Familiar.

⁵ N.º 192, de 20/08/88.

Partindo do princípio que não fomos exaustivas, fica claro que este assunto suscitou interesse a diversos níveis, mas parece que sem resultados práticos, como iremos apreciar na análise de manuais de Educação Física dos 2.º e 3.º ciclos de ensino.

1. Desporto

1.1. Ponto de partida

- Consideramos o desporto como uma linguagem universal e património da humanidade, factor de civilização, de anagogia humana e de qualificação da cidadania.
- Segundo a Carta Europeia do Desporto⁶, entende-se por “desporto” todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.
- Partimos da posição de que a Educação Física é nome da disciplina que trata pedagogicamente o desporto na Escola.
- A disciplina de Educação Física percorre o sistema educativo do 1.º ao 12.º anos de escolaridade e, num espaço de 12 anos, tem como objectivo a formação desportivo-corporal de crianças e jovens sem discriminações de sexo, raça/etnia ou de capacidade física.
- Uma das características do desporto é a sua capacidade de, aparentemente, apresentar-se como neutro na construção dos géneros (Theberge, 1991).
- A história do desporto/Educação Física, com raízes patriarcais profundas, ao longo dos tempos com várias orientações (militar, higiénica, correctiva) tem-se revelado um lugar de construção de masculinidades, indicando o que é conveniente ou não para as raparigas, como, por exemplo, está já bem expresso num dos articulados da lei que criou o Instituto Nacional de Educação Física (1939): [...] “critério de diferenciação qualitativa e quantitativa leva a considerar a condição especial da mulher, que **deve ser defendida dos grandes esforços musculares do atletismo, masculinizadores, aberração feminista repelida pela delicadeza do sexo e pela natural função de futura mãe e educadora**, mas que, por esta mesma sagrada missão, deve cuidar da sua valorização física, como condição de saúde e de sã alegria, por exercícios gímnicos de técnica adequada,...”
- A Educação Física tende a favorecer a reprodução e consolidação de estereótipos de género, nomeadamente se os manuais escolares associam preferencialmente determinados conteúdos e actividades às raparigas ou aos rapazes.

2. O que nos revelam as imagens de manuais de Educação Física dos 2.º e 3.º ciclos de ensino?

Os resultados que iremos apresentar resultam de dois trabalhos de mestrado⁷. Foram escolhidos manuais dos 2.º e 3.º ciclos de ensino, dado que correspondem à escolaridade obrigatória.

⁶ <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc120.pdf>

⁷ Caetano, Sílvia. (2005). *Representações de género e de etnia. Estudo realizado em manuais de educação física do 3.º ciclo do ensino básico*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto: FCDEF.

Queirós, Telma (2004). *[Des] Igualdades de oportunidades nos manuais escolares de educação física do 2.º ciclo do ensino básico? Análise das ilustrações e das percepções de professores/as estagiários/as*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto: FCDEF.

Não iremos descrever em pormenor os procedimentos metodológicos de cada um deles, aliás muito próximos.

Resumidamente, os trabalhos tinham como um dos objectivos mostrar como o género era representado em manuais dos 2.º (n = 9) e 3.º (n = 7) ciclos do ensino básico.

Os manuais foram seleccionados no seio dos que estavam disponíveis para o ano lectivo 2003-2004, e tinham as maiores quotas de mercado.

As autoras utilizaram a análise de conteúdo e, no conjunto dos dois trabalhos, foram analisadas mais de 8000 imagens quanto:

- ao sexo: 3 categorias *a priori*: imagem masculina, feminina, e de ambos os sexos;
- à associação dos conteúdo ao género.

Os dados foram retrabalhados, no sentido de nos cingirmos apenas ao essencial.

2.1. Representação masculina, feminina e de ambos os sexos por manual dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Os gráficos (1 e 2) mostram que, na grande maioria dos manuais analisados, quando se pretende elucidar um gesto técnico, critérios de uma execução ou uma situação prática a imagem masculina impera, ou seja, o modelo é masculino.

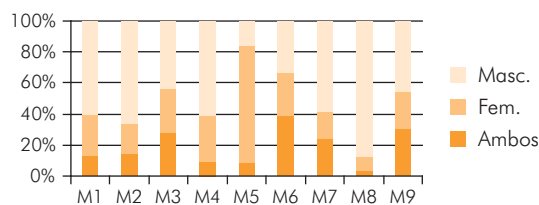


Gráfico 1 – Percentagem de imagens masculinas, femininas e de ambos os sexos por manual do 2.º ciclo (n = 9)

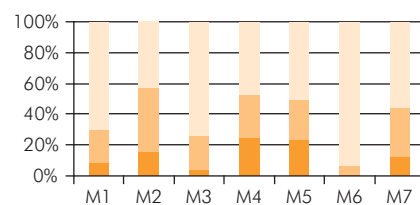


Gráfico 2 – Percentagem de imagens masculinas, femininas e de ambos os sexos por manual do 3.º ciclo (n = 7)

Dado o teor dos conteúdos da disciplina de Educação Física e ao modo de os pôr em prática, muitas vezes são necessários dois intervenientes (por exemplo, nos jogos desportivos colectivos); isto faria supor que a categoria *ambos os sexos* pudesse apresentar um maior número de ocorrências.

Nos manuais do 2.º ciclo, apenas no manual (M6) *ambos* expressa um percentual de imagens superior (38,6%) ao das outras duas categorias.

Na comparação da representação feminina e masculina é de assinalar um valor que contraria a tendência dos resultados: no manual M5, a maior percentagem de imagens é da categoria *feminina* (75,9%). Se não se considera aceitável o predomínio masculino, do mesmo modo é descabida a hiper valorização feminina.

A análise dos resultados dos manuais do 3.º ciclo revela-nos que as imagens masculinas são sempre percentualmente superiores às das femininas e às de ambos os sexos. Caso paradigmático é o do manual M6: a representação da categoria *feminina* é apenas de 5,7%, e a de *ambos os sexos* é tão baixa (0,4%) que não permite a sua leitura no gráfico.

Os resultados apresentados revelam uma assimetria acentuada de *quem é quem* nos manuais analisados, deixando na umbra e na penumbra as categorias imagens femininas e de ambos os sexos. Revelam uma ideia estereotipada de desporto, a “genderização” do desporto, discriminando as alunas. E assim sendo, em análises subseqüentes, o termo sexo deve ser substituído pelo termo género.

O estudo realizado com manuais do 3.º ciclo inspeccionou igualmente a capa do manual, página de rosto, o índice, os agradecimentos e a introdução em cada manual. Do total das imagens nestes distintos itens, 55% pertenciam à categoria *masculina*, 39% à *feminina* e 6% a *ambos*.

A capa de um manual escolar pode ser vista como a “porta de entrada” e como um convite a alunas e alunos: entrem, folheiem-me, são bem-vindos/as, vão-se rever no manual!

Ao eliminarmos os manuais cujas capas apresentam só imagens indefinidas quanto ao sexo ou nenhuma imagem, verificou-se que quatro manuais estamparam a imagem humana na “porta de entrada”, sendo que em 2 deles ela é masculina, noutra é feminina e num outro é mista (feminina e masculina). Isto é, “a porta é franqueada a alunos e alunas” apenas num dos manuais.

2.2. Associação do género às matérias de ensino nos manuais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

Como seria de esperar, pela matriz cultural do desporto e pelos resultados apresentados anteriormente, os gráficos 3 e 4 mostram que nem todos os conteúdos são considerados “adequados” a rapazes e raparigas.

Em todos os manuais analisados, se exceptuarmos o caso das actividades rítmicas, consideradas culturalmente como do foro feminino, e como tal não “apropriadas” a rapazes, os conteúdos estão associados ao género masculino.

Uma chamada de atenção para duas matérias, usualmente menos exploradas na Escola, e só no caso do 3.º ciclo: o Râguebi é associado *exclusivamente* aos rapazes, e o golfe maioritariamente às raparigas (75% das imagens).

De notar também que, até mesmo em duas unidades temáticas onde se abordam conceitos, questões referentes à saúde, à cultura desportiva, etc., Corpo Humano e Educação Desportiva, os modelos são maioritariamente masculinos (respectivamente, 75 e 65 por cento das imagens).

Como se justifica a perpetuação de distorções sexistas em materiais pedagógicos?

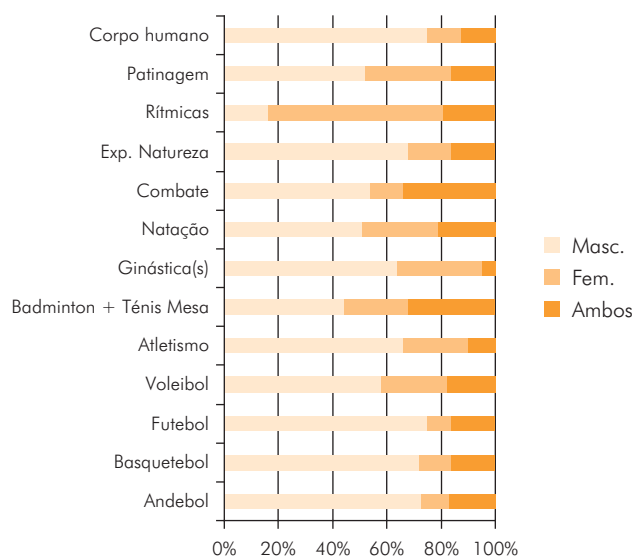


Gráfico 3 – Percentagem de imagens masculinas, femininas e de ambos os géneros associada às matérias de ensino nos manuais do 2.º ciclo (n = 9)

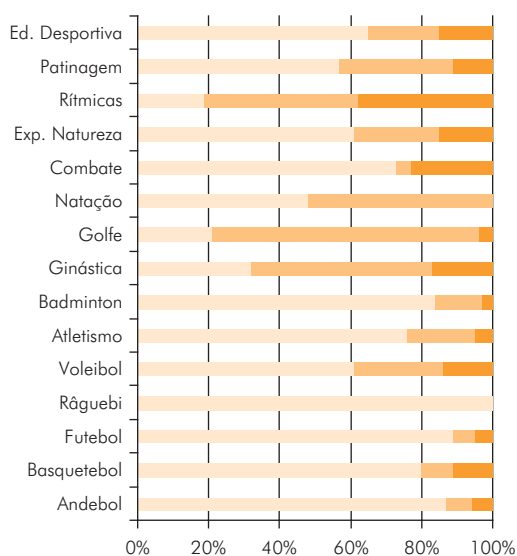


Gráfico 4 – Percentagem de imagens masculinas, femininas e de ambos os géneros associada às matérias de ensino nos manuais do 3.º ciclo (n = 7)

A análise conjunta dos manuais dos dois ciclos de ensino, quando se comparam os valores percentuais, registados para as categorias *ambos*, *feminina* e *masculina*, verificam-se duas convergências, a saber: a categoria *ambos* os géneros, é superior à *feminina* para o Andebol, Basquetebol e Desportos de Combate, e superior à *masculina* nas Actividades Rítmicas. O que querará isto dizer? Em actividades consideradas menos “apropriadas” a um género, e assim estar menos representado, a categoria *ambos* tenta equilibrar a presença de géneros associada às matérias de ensino? Não nos parece; parece ser mais por mero acaso do que revelador de uma intenção de inclusão. Note-se que no futebol o mesmo não ocorre em todos manuais analisados, e o futebol seria um bom exemplo.

Este tipo de resultados veicula nos jovens e na comunidade escolar modelos estereotipados de desporto, do ponto de vista de género, “masculinizando” ou “feminizando” as práticas, podendo mesmo levar a comportamentos homofóbicos (Silva, Botelho Gomes, Queirós, 2004).

Nos 16 manuais analisados unicamente se verifica um caso onde a representação feminina e a masculina são equilibradas: na natação, no conjunto de imagens dedicadas àquele conteúdo nos manuais do 3.º ciclo.

No entanto, será de referir que ao não apresentarmos estas associações ao género por matéria e manual, mas tão-só por conteúdo ou matéria de ensino nos 2.º e 3.º ciclos, não são tão perceptíveis os desequilíbrios e os débeis equilíbrios em algumas matérias e em alguns manuais.

Duas notas finais quanto à associação do género a imagens referentes à sinalética de jogo, a árbitros, juízes, isto é, a papéis de poder, e à linguagem utilizada.

A análise dos manuais do 3.º ciclo teve essa preocupação, tendo-se verificado que a representação no masculino é a usual em situações activas, cujas funções requerem decisão, domínio, controlo.

Dado que se registou um predomínio de imagens masculinas, necessariamente acções como correr, rematar e rematar a baliza, lançar ao cesto, lançar, saltar são executadas mais vezes por rapazes. Tendencialmente, as raparigas estão associadas a situações de menor destaque.

O trabalho sobre manuais do 3.º ciclo foi um pouco mais exaustivo, tendo-se debruçado sobre as referências escritas. Os únicos vocábulos femininos encontrados foram: “femininas”, “as ginastas” e “as nadadoras” (M7). A predominância das referências escritas era do tipo: “o jogador que repõe a bola...”; “... os dois capitães de equipa devem...”; “o/um atacante”; “o cronometrista”; “o(s) árbitro(s)”; “o Homem”; “Todos os jogadores de futebol executam a finta...” (M3). Ou seja, um protagonismo associado ao masculino, descurando-se, desvalorizando-se as capacidades das raparigas.

A despromoção do feminino é acrescida quando se observam imagens onde as raparigas se encontram a executar um determinado gesto ou acção e as legendas são conjugadas no masculino, por exemplo: ... “o atleta não fez a troca de apoios” (M2); “o jogador que repõe a bola...” (M5); “Dois jogadores podem tocar a bola simultaneamente...” (M3).

Conclusão

As distintas análises realizadas permitem-nos concluir que:

- se regista uma forte associação do desporto/Educação Física ao mundo masculino, que se revela pela sub-representação da figura feminina nos manuais, e na acentuada associação entre a maior parte das matérias de ensino e os rapazes, onde estes aparecem maioritariamente como modelos, em papéis conotados com a tomada de decisões e em acção;
- a linguagem utilizada nas legendas e nos textos é a universal masculina, e mantém-se presente mesmo em legendas que clarificam situações em que têm apenas alunas como executantes;
- os manuais transmitem – e assim perpetuam – estereótipos de género.

Em suma, os manuais analisados revelam, inequivocamente, preconceitos, estereótipos e discriminações, através de uma desigual promoção e inclusão de alunos e alunas, privilegiando os alunos, violando os princípios e direitos da igualdade entre homens e mulheres plasmados quer na Constituição da República Portuguesa, quer na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta violação contraria uma educação na cidadania, a socialização de rapazes e raparigas em contexto escolar, a formação desportivo-corporal de todos e de todas. Além disso desrespeita um dos critérios para a selecção dos manuais e despromove o desporto enquanto fenómeno cultural e património da humanidade. E tudo isto acontece em manuais do ensino obrigatório.

Recomendações e sugestões

As conclusões sugerem que as questões de género sejam consideradas na formação de professores/as, e recomendam que, quer as editoras, quer os/as autores/as de manuais as tenham em consideração.

Na Avaliação Descritiva e Compreensiva de Recursos Educativos a *representação equilibrada do sexo feminino e masculino* e o *domínio linguístico* devem ser tidos tão em conta quanto os restantes domínios.

Algumas referências a ter em conta na avaliação:

- Para além do equilíbrio na representação dos dois sexos quando aparecem isolados, sempre que possível privilegiar as imagens mistas (sexo masculino e feminino) em situações ou acções exemplificativas.
- Equilíbrio na representação dos dois sexos: quer a nível quantitativo, quer a nível do prestígio e valor social do que está a ser representado (árbitros/as; cronometristas, treinadoras/treinadores; juizes/as, atletas de prestígio de ambos os sexos;...).

Referências Bibliográficas

Brito, Ana. (1999). A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões. In R. de Castro; A. Rodrigues; J. Silva; M. Sousa (eds.), *Manuais Escolares: estatuto, funções, história*, pp. 139-148. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Caetano, Sílvia. (2005). *Representações de género e de etnia. Estudo realizado em manuais de educação física do 3.º ciclo do ensino básico*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto: FCDEF.

Castro, Rui. (1995). *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Faculdade de Motricidade Humana, UTL (ed.). (1990). *INEF 1940-1990*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, UTL.

Queirós, Telma (2004). *[Des] Igualdades de oportunidades nos manuais escolares de educação física do 2.º ciclo do ensino básico? Análise das ilustrações e das percepções de professores/as estagiários/as*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto: FCDEF.

Rocha, M.ª Custódia. (2005). *Educação, género e poder*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.

Silva, Paula; Botelho Gomes, Paula; Queirós, Paula. (2004). *As actividades físicas e desportivas têm sexo? O género no desporto*. SPEF, 28/29, pp. 53-63.

Theberge, Nancy. (1991). "Reflections on the body in the sociology of sport", *Quest*, 43 (2), pp. 123-134.

